

À

**COMPUGRAF TELECOM LTDA**

**Av. Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, conjunto 124, Bairro Consolação**

**São Paulo - SP**

**55 (11) 3323-3161 / 9.6497-5817**

**[KGiannotti@compugraf.com.br](mailto:KGiannotti@compugraf.com.br)**

**Referência: Pregão Eletrônico Nacional NC 1040-18 - Atualização de licenciamento e fornecimento de appliances firewall checkpoint**

**Assunto: Impugnação - Resposta - Procedência Parcial - Suspensão do Certame - Revisão das Especificações Técnicas - Republicação**

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes.

Assim, a ITAIPU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições do Pregão em apreço.

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, é regida por sua Norma Geral de Licitações, conforme consta do item 3 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feito essas considerações iniciais e depois de detida análise da impugnação apresentada por V.Sª constatamos que as alegações, merecem parcial provimento conforme descrito a seguir:

**- No que se refere ao pedido de limitação de responsabilidade civil aos danos diretos:**

Não assiste razão à impugnante. A responsabilidade por danos diretos e indiretos, presente no Capítulo XVI da minuta contratual (Anexo IV do CBC), possui natureza jurídica de indenização civil, vale dizer, decorre do cometimento de ato lesivo ao direito ou interesse de outrem, e não se confunde com a cláusula penal, delineada, essencialmente, no Capítulo XIII, acessória a obrigação principal, cujo objetivo é assegurar o cumprimento do contrato por meio do reforço negativo, isto é, via punição pela inexecução completa da obrigação ou pela mora no seu atendimento (multa compensatória e multa moratória, respectivamente).

*Handwritten signature*

Nesta toada, a responsabilidade civil que se está a prever no instrumento contratual **não está balizada** pelo teto previsto no artigo 416 do Código Civil, como quer a impugnante. Por ser decorrência da obrigação geral de reparação, a indenização só conhece limite no montante do dano causado - e, *in casu*, seja ele direto, seja ele indireto.

Veja-se também que, além de possuir evidente autorização do Direito Civil Brasileiro, a previsão respeita integralmente as regras fixadas binacionalmente pelo Conselho de Administração da ITAIPU, constantes de sua Norma Geral de Licitação (subitens 2.2 e 2.3 do CBC), a qual contempla a seguinte prescrição:

*Art. 44 - A Contratada será responsável pelos danos que causar à ITAIPU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não se eximindo dessa responsabilidade, ainda que a execução do instrumento contratual seja fiscalizada pela ITAIPU.*

Em sendo assim, **improcedente** o pedido de impugnação oferecido pela empresa COMPUGRAF TELECOM LTDA., mantendo-se os termos do alcance da responsabilidade civil da Contratada nos termos originalmente editados.

**- No que se refere ao pedido de reavaliação das condições de pagamento em razão da necessidade de importação das licenças e da vigência do contrato de 36 meses:**

Pedido indeferido. As condições de pagamento estão em conformidade com as regras previstas na Norma Geral de Licitação da ITAIPU e normas internas da entidade. Os preços da proposta comercial devem ser ofertados em reais nos termos da letra "b" do subitem 2.15.1 do CBC e são passíveis de reajustes de preços nos termos da cláusula 18 da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

De modo reflexo, a ITAIPU tampouco pode alterar a vigência da contratação de 36 meses para 12 meses como parece sugerir a impugnante, pois a necessidade de ITAIPU da disponibilização das licenças é pelo período descrito no CBC.

Dito isso, caso a impugnante julgue necessário, eventuais riscos decorrentes da variação cambial e da vigência da contratação podem ser prevenidos por meio de mecanismos próprios disponíveis no mercado financeiro (*hedge*) e incluídos (diluídos) nos preços da proposta comercial a ser ofertada à ITAIPU.

**- No que se refere à suposta falta de clareza do descritivo dos serviços técnicos e o pedido de prevalência da proposta técnica comercial da CONTRATADA sobre os demais documentos da licitação:**

Pedido parcialmente deferido. Esclarece-se que a descrição dos serviços de suporte técnico foi realizada em conformidade com o disposto em licitações pretéritas e de forma genérica, vez que não é possível descrever de forma exaustiva e minuciosa cada atividade para a execução dos serviços.

Ainda assim, a ITAIPU altera/complementa o descritivo de parte das Especificações Técnicas e Planilha de Preços, por meio do aditamento n. 3, para disponibilizar informações mais detalhadas às interessadas em participar dessa licitação. As alterações / complementos das Especificações Técnicas foram realizados nos seguintes itens:




- a) Serviços de instalação configuração e migração (letra "c" do item 5 das Especificações Técnicas);
- b) Características gerais do ambiente tecnológico (subitem 6.2.8 e item 11 das Especificações Técnicas).

Por fim, a ITAIPU indefere o pedido de prevalência de eventual proposta técnica da CONTRATADA sobre os demais documentos que compõem a licitação, eis que além de o pedido ser contrário às normas da Itaipu e as regras que regem a licitação (vedação de proposta alternativa, isonomia etc.), sequer é permitido no presente certame, que admite somente a proposta comercial (não proposta técnica) nos moldes do Anexo III do CBC. Desse modo, a impugnante deve considerar que os serviços serão realizados de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I e demais documentos que compõem o CBC, além de observar a ordem de prevalência de documentos definida no §2º da cláusula 2ª da Minuta de Contrato, Anexo IV do CBC.

Assim, diante da razão imposta, propugna-se por reconhecer **parcial provimento** à impugnação apresentada por V.Sª, portanto, solicitamos a gentileza reporta-se ao Aditamento 3 ao Caderno de Bases e Condições, publicado por ITAIPU na data de hoje, disponível no endereço <http://www.itaipu.gov.br/licitacoes/licitacoes-em-curso-licitaciones-en-curso-tenders-underway>, por meio do qual foi suspensa a sessão pública originariamente agendada para o dia 03.08.2018.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail [compras@itaipu.gov.br](mailto:compras@itaipu.gov.br).

Atenciosamente,



Rosimeri Fauth R. Martins  
Superintendente de Compras

Confirmando o recebimento:

\_\_\_\_\_  
(identificação e assinatura)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_